

A pesquisa realiza-se na comunidade da Grande Cruzeiro, Porto Alegre, RS, está inserida no NIEPE-EJA/UFRGS e tem por objetivo mapear quais são as ideias de violações de direitos que as agentes executoras das políticas sociais têm. Ainda, compreender de que maneira os espaços de sociabilidade fazem referência aos encaminhamentos para e a partir do Conselho Tutelar. Na segunda etapa da pesquisa fizemos as observações focadas, nas mesmas instituições onde foram realizadas as observações amplas. Nessas observações procuramos indícios de violações de direitos, encaminhamentos para/a partir do Conselho Tutelar, bem como a relação com a Rede de Proteção e/ou com a *rede invisível*. Também buscamos compreender de forma mais ampla, indícios e/ou desconfiâncias de violações. Como etapa final da pesquisa, fizemos as entrevistas semiestruturadas com as seguintes questões: O que são violações de direitos? Que direitos são violados desde a realidade da Assistência Social? Como se dão os encaminhamentos para e a partir do Conselho Tutelar? A análise aponta que as crianças e os adolescentes vivem em permanente violação de direitos porque não há universalização com qualidade das políticas públicas de Estado no contexto atual. Além disto, ao serem atendidas por políticas de governo, focalizadas, são submetidas à ‘nova’ violação – portanto, em situação de dupla violação de direitos. Essas políticas conformam o Estado na atualidade: a Terceira Via – gestão neoliberal do aparelho de Estado em países de periferia do capitalismo, onde a execução das políticas sociais é feita em ‘parceria’ com a sociedade civil. Importa salientar que este é um recorte da pesquisa, realizado nas instituições da política da Assistência Social. A continuidade deve se dar na política da Educação.